

CUIABÁ, 15 DE JULHO DE 2020

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

Uso de álcool e drogas pode levar à perda do porte de arma de fogo por 10 anos

O Projeto de Lei 1898/19 determina a cassação do porte de arma de fogo, por 10 anos, da pessoa que for flagrada com a arma consumindo bebida alcoólica ou drogas. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, altera o Estatuto do Desarmamento. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 1898/19](#)

Aumentar preços injustificadamente durante pandemia poderá ser crime contra economia popular

O Projeto de Lei 1492/20 inclui, entre os crimes contra a economia popular, aumentar injustificadamente preços de mercadorias de qualquer natureza durante estado de calamidade pública. A pena prevista pela proposta é de detenção de seis meses a dois anos, e multa de dez a 100 vezes a vantagem econômica auferida ou estimada. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 1492/20](#)

Proposta eleva pena por crime de estelionato envolvendo o auxílio emergencial

O Projeto de Lei 2068/20 aumenta a pena por crime de estelionato em um terço para determinadas situações. O texto insere dispositivos no Código Penal, que atualmente prevê pena básica de cinco a dez anos de prisão e multa. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 2068/20](#)

Proposta anula portaria que extinguiu serviço de apoio a presos com doença mental

O Projeto de Decreto Legislativo PDL 249/20 suspende a portaria do Ministério da Saúde que extinguiu o serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) criado em 2014 para acompanhar presos com transtornos mentais. A Portaria 1.325/2020 leva a assinatura do ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, e foi publicada no mesmo dia em que se comemora o Dia Nacional da Luta Antimanicomial (18 de maio). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PDL 249/20](#)

Projeto determina distribuição de EPIs para quem trabalha no sistema penitenciário

O Projeto de Lei 3269/20 determina que o governo federal, os estados e os municípios implementem medidas de prevenção ao novo coronavírus, causador da Covid-19, nos presídios e distribuam equipamentos de proteção individual (EPIs) a seus policiais penais, anteriormente chamados agentes penitenciários. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3269/20](#)

Projeto cria fundo para combater furto a caixas eletrônicos

O Projeto de Lei 515/20 cria o Fundo Nacional de Combate a Roubo e Furto de Instituições Financeiras e Congêneres. O objetivo é desenvolver ações que visem impedir roubos e furtos a caixas eletrônicas. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. Pela proposta, o fundo será constituído dos seguintes recursos: a contribuição mensal das instituições financeiras de pelo menos 2% do lucro mensal; dotações orçamentárias da União; doações e contribuições de pessoas físicas e empresas; rendimento decorrente de aplicações do próprio patrimônio do fundo; outros destinados por lei. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 515/20](#)

Projetos aumentam penas para pornografia de vingança e importunação sexual

Deputados preveem maior ocorrência dos crimes conhecidos como pornografia de vingança e importunação sexual durante o isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus e apresentam propostas para aumentar as penas para os delitos, com o objetivo de inibi-los. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3485/20](#)

Projeto impede abertura de inquérito por tribunal superior

Em caso de infração à lei penal na sede ou dependência do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores ou em prejuízo de seus membros, o presidente do tribunal requisitará a instauração de inquérito ao Ministério Público, sendo vedada a abertura de ofício. É o que estabelece projeto do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que aguarda votação no Plenário do Senado. O PL 3.451/2020 acrescenta o artigo 5º-A ao Código de Processo Penal (Decreto 3.689, de 1941) para disciplinar a instauração de inquérito sobre infração à lei penal nas dependências de tribunais superiores. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3451/20](#)

Paim defende votação de projeto que ajuda a identificar excesso policial

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a votação do projeto que acaba com os chamados "autos de resistência", usados para justificar o uso de força excessiva em abordagens policiais (PL 239/2016). Segundo Paim, as mortes provocadas por ações de repressão subiram 53% em abril, em comparação ao mesmo mês do ano passado. No mês foram 119 casos, ou seja, um a cada seis horas. A reportagem é de José Odeveza, da Rádio Senado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 239/16](#)

Senadores querem aumentar punição para corrupção em período de calamidade

Senadores apresentaram projetos de lei com medidas de combate à corrupção em meio à pandemia. Ao menos 11 estados e o Distrito Federal são investigados por compras emergenciais de EPIs e respiradores. Uma das propostas prevê o aumento da pena do crime de peculato (PL 2.739/2020), do senador Plínio Valério (PSDB-AM). Já o PL 2846/2020, do senador Zequinha Marinho (PSC-PA), considera hediondos os crimes contra a administração pública cometidos em ocasião de calamidade pública. A reportagem é de Lara Kinue, da Rádio Senado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 2739/2020](#)

[PL 2846/2020](#)

2. MATERIAL DE APOIO

Com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais, informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros.

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STF

Flagrante de uso de drogas pode ser lavrado por autoridade policial somente na ausência de juiz

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a autoridade policial pode lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e requisitar exames e perícias em caso de flagrante de uso ou posse de entorpecentes para consumo próprio, desde que ausente a autoridade judicial. Por maioria de votos, o colegiado julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3807, ajuizada pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-Brasil) contra dispositivos da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Polícia científica não pode ser criada como nova corporação policial

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, na sessão desta quarta-feira (24), o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2575, em que o Partido Social Liberal (PSL) questiona dispositivo da Constituição do Paraná que criou a Polícia Científica como órgão integrante da segurança pública estadual. Prevaleceu o entendimento de que o órgão responsável pela perícia técnico-científica, independentemente do nome que receba e de ter estrutura própria integrada por peritos, não pode ser concebido como nova corporação policial, além daquelas previstas no artigo 144 da Constituição Federal (Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e Corpo de Bombeiro Militar e das polícias penais federal, estaduais e distrital). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Epidemia não justifica manutenção de pena mais gravosa, decide Barroso

Ainda que medidas de isolamento estejam sendo adotadas pelo sistema prisional estadual, como a suspensão das visitas e a proibição de trabalho, a epidemia do novo coronavírus não pode servir como justificativa para agravar a situação do apenado. O entendimento é do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida em 26 de junho. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro determina que tribunais sigam orientação do CNJ sobre pandemia para presas gestantes e lactantes

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), os Tribunais de Justiça estaduais e os juízos criminais e de execução penal observem

a Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no exame de habeas corpus impetrados por detentas gestantes, lactantes e com filhos recém-nascidos. A resolução especifica a adoção de diversas medidas preventivas à propagação da Covid-19 nos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro nega HC a suposto operador financeiro investigado na Operação Lava-Jato

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou incabível o Habeas Corpus (HC) 180274, em que a defesa de David Arazi, investigado na Operação Lava-Jato por supostamente ter disponibilizado uma offshore em seu nome na Suíça para depósito de propinas do ex-diretor de serviços da Petrobras Renato Duque, pedia a revogação da sua prisão preventiva. O dinheiro seria proveniente do superfaturamento da obra de ampliação da nova sede da Petrobras em Salvador (BA). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Vista de Moraes suspende julgamento sobre investigação criminal pelo MP

Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes suspendeu julgamento de ação para saber se o Ministério Público possui legitimidade para conduzir diligências investigatórias criminais. Até o momento, votaram o ministro Marco Aurélio, relator - no sentido de o parquet não ter a legitimidade de instrução penal - e o ministro Edson Fachin, em sentido oposto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Tipificação do crime de desacato não viola a garantia de liberdade de expressão

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual finalizada na última sexta-feira (19), decidiu, por maioria de votos, que o crime de desacato foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. A maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, pela improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 496, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para questionar o artigo 331 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ

Dosimetria de pena por tentativa e consequência não se confunde, diz STJ

Não há dupla valoração na dosimetria da pena quando o magistrado usa as consequências do delito para aumentar a pena base, e depois, para mensurar a diminuição da pena pelo crime ter se dado na modalidade tentada. Tentativa e consequência são elementos valorativos que não se confundem. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ estabelece novas diretrizes para o cabimento da prisão domiciliar

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, ser cabível a concessão de prisão domiciliar aos reeducandos que cumprem pena em regime semiaberto e aberto que tiveram suspenso o exercício do trabalho externo. A decisão (HC 575.495-MG) teve como relator o ministro Sebastião Reis Júnior. Leia a notícia completa com a ementa clicando [aqui](#).

Extração mineral sem autorização gera concurso formal de crimes, diz STJ

Há ocorrência de concurso formal de crimes quando a mesma conduta — a extração ilegal de minério — ao mesmo tempo extrai recursos minerais do meio-ambiente sem permissão e explora matéria-prima pertencente à União sem autorização legal. Não há conduta única, devendo a pena do crime mais grave ser aumentada. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ação por estupro é condicionada se vulnerabilidade é relativa, diz 6ª Turma

A superação do estado de vulnerabilidade é uma alteração na realidade fática que não pode ser ignorada no plano jurídico. Por isso, nos casos em que é relativa, a ação penal por crime de estupro deve ser condicionada à representação da vítima, o que deve ser feito dentro do prazo decadencial de seis meses, de acordo com o artigo 103 do Código Penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ desmembra inquérito para não analisar prescrição de investigados sem foro

Reconhecida a extinção da punibilidade de investigados que detêm foro especial, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça deve devolver os autos à primeira instância para que se defina sobre o arquivamento do inquérito quanto aos demais suspeitos. O STJ não tem competência, portanto, para apreciar tais pedidos, devendo o inquérito ser desmembrado. Leia a notícia completa com as teses clicando [aqui](#).

Clique [aqui](#) para ler o voto da ministra Maria Thereza Assis de Moura

Clique [aqui](#) para ler o voto do ministro Raul Araújo

Ofensa ouvida acidentalmente em extensão do telefone não justifica ação penal por injúria

A 6ª Turma do STJ deu provimento ao recurso de uma agente penitenciária e restabeleceu decisão que a absolveu sumariamente da acusação de injúria racial. As ofensas que basearam a acusação, proferidas pela agente em conversa telefônica com uma colega de trabalho, foram ouvidas acidentalmente pelo ofendido ao pegar o telefone – contexto que, para o colegiado, não justifica a ação penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Para Quinta Turma, compete à Justiça Militar julgar PM que atirou em colegas da corporação

Por unanimidade, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu de habeas corpus impetrado por policial militar preso contra acórdão do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. No habeas corpus, foi pedido o reconhecimento da incompetência da Justiça Militar para julgar a tentativa de homicídio e, em consequência, a anulação do processo criminal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Disparo de arma de fogo não serve para afastar tráfico privilegiado, diz STJ

O fato de o acusado por tráfico de drogas ter sido pego com arma de fogo e inclusive ter disparado contra os policiais na ocorrência não serve para negar a aplicação do redutor do parágrafo 4º do artigo 33 da Lei de Drogas, o chamado tráfico privilegiado. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou agravo interposto pelo Ministério Público contra decisão

monocrática que aplicou a benesse ao réu, reformando a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Sem investigação, invasão de domicílio causada por cão farejador é ilegal, diz STJ

A invasão de domicílio sem mandado judicial apenas é legítima quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Cão farejador que aleatoriamente aponta a existência de drogas no local, sem prévia investigação, não é motivo hábil para isso. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Relatora restringe aplicação da nova lei que impõe revisão periódica da prisão preventiva

Para a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz, a obrigação de revisar de ofício a necessidade da prisão preventiva a cada 90 dias é imposta apenas ao juiz ou ao tribunal que decretou a medida. Segundo ela, seria desarrazoado, ou mesmo inexecutável, estender essa tarefa a todos os órgãos judiciários competentes para o exame do processo em grau de recurso. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Quinta Turma afasta insignificância em caso de médico acusado de receber sem trabalhar

Por considerar que o princípio da insignificância não pode ser aplicado na hipótese de crime que causa prejuízo aos cofres públicos, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o prosseguimento de ação penal que apura estelionato qualificado supostamente cometido por um médico de hospital vinculado à Universidade do Rio Grande do Sul. Segundo a acusação, ele teria registrado seu ponto e se retirado do local sem cumprir a carga horária. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Não se pode declarar extinção da punibilidade quando pendente pagamento da multa criminal

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou jurisprudência segundo a qual não se pode declarar a extinção da punibilidade, mesmo que cumprida a pena privativa de liberdade, se não foi paga a pena de multa. O colegiado manteve decisão do relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que negou o pedido de um condenado para que fosse declarada a extinção da punibilidade. A defesa argumentou que, após a Lei 9.268/1996, a multa passou a ser considerada dívida de valor, ficando impossibilitada a sua conversão em pena privativa de liberdade ou a sua execução no âmbito penal. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Perseguição a veículo não justifica invasão policial de domicílio, diz STJ

O fato de um veículo não parar em abordagem policial não justifica que, após perseguição, policiais entrem na casa dos suspeitos sem mandado. Com este entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça votou pela absolvição do réu, por conta da ilegalidade nas provas produzidas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#) e o acórdão na íntegra [aqui](#).

Não há cerceamento de defesa em recusa de alegações finais por escrito, diz STJ

Não há cerceamento de defesa nem violação à paridade de armas se o juiz nega pedido da defesa por apresentação de alegações finais por escrito. Via de regra, elas devem ser feitas oralmente, segundo o artigo 403 do Código de Processo Penal, admitindo-se a apresentação de memoriais em casos de alta complexidade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

4. CONSELHOS NACIONAIS

CNMP

Covid-19: Comissão do Sistema Prisional do CNMP expede nota técnica que orienta visitas do MP a estabelecimentos penais

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) expediu, nesta quinta-feira, 9 de julho, nota técnica que dispõe sobre orientação para visitas (virtual e física) e preenchimento dos formulários de inspeção de estabelecimentos penais (civis e militares), regulamentados pela Resolução CNMP nº 56/2010, no curso de emergências de saúde pública, em especial aquela decorrente da pandemia de Covid-19 (novo coronavírus). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[Nota Técnica nº 03/2020](#)

Conexão MP: podcast discute enfrentamento da pandemia no sistema prisional

Como o Ministério Público tem atuado no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no sistema prisional? Que estratégias estão sendo adotadas para fazer frente a tamanho desafio? Esse é o tema da quinta edição do podcast Conexão MP, produzido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com a Procuradoria Geral da República (PGR). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

O Conexão MP está disponível no *Spotify* e na página www.conexao.mp.br.

CNJ

CNJ regula videoconferência na área penal com veto em audiência de custódia

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nesta sexta-feira (10/7), durante 35ª Sessão Virtual Extraordinária, resolução com critérios para audiências e outros atos processuais por videoconferência em processos penais e de execução penal durante a pandemia da Covid-19. Um dos pontos definidos é que o mecanismo de videoconferência não se aplica às audiências de custódia por ir contra a essência do instituto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Comissão debate ações para agilizar e desburocratizar a justiça criminal

Desburocratizar e tornar mais célere os atos da Justiça nas áreas criminal e infracional são diretrizes que orientam os trabalhos da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os temas da comissão, complexos em sua origem, se tornaram mais desafiadores após a pandemia da Covid-19 e as suas consequências no sistema prisional e no socioeducativo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ lança página com dados sobre Covid-19 nos sistemas prisional e socioeducativo

Informações monitoradas pelo Judiciário sobre a pandemia do novo coronavírus nos sistemas penitenciário e socioeducativo estão agora sistematizadas em uma página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com atualização periódica apoiada pelos judiciários locais, é possível acompanhar número de casos e de óbitos, realização de testes, disponibilização de equipamentos de proteção individual e outras ações de enfrentamento à doença em ambientes de privação de liberdade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Acesse a página eletrônica clicando [aqui](#).

CNJ publica orientações para políticas de cidadania na privação de liberdade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica orientações técnicas sobre políticas de cidadania e garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional durante a pandemia do coronavírus. O texto busca dar subsídio para estratégias de retomada de assistências nos locais de privação de liberdade, com medidas alternativas e condições para o retorno à execução de políticas de cidadania em prisões. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[**Acesse as Orientações Técnicas sobre Políticas de Cidadania e Garantia de Direitos**](#)
[**Conheça outras orientações técnicas do DMF/CNJ**](#)

5. ATUAÇÕES DO MPMT E DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPMT

Gaeco cumpre mandados de busca e apreensão em residências de secretários

Dois secretários do município de Pedra Preta, já afastados das funções por decisão judicial e com bens declarados indisponíveis, foram alvos de mandados de busca e apreensão cumpridos na manhã deste sábado (20) por agentes do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) de Rondonópolis e da Capital. As ordens judiciais foram cumpridas nas residências de Hernane Carneiro Gomes (secretário de Administração) e Waldemar Chaves de Freitas (secretário de Finanças). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAC

Gaeco: MPAC obtém condenação de membros de facção criminosa presos na operação Troia

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) obteve a condenação de quatro pessoas por integrarem organização criminosa em Rio Branco, com penas que variam de 9 a 11 anos de prisão em regime fechado. A denúncia foi oferecida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), como resultado da operação Troia, realizada em julho de 2019. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAL

Acordo de não Persecução Penal: promotores de Justiça do MP-AP alinham atuação nas audiências

Na última terça-feira (7), promotores de Justiça da Promotoria de Investigações Cíveis, Criminais e de Segurança Pública (PICC-SP) do Ministério Público do Amapá (MP-AP) realizaram reunião virtual para tratar sobre a estrutura de funcionamento e o cumprimento das audiências de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), nova previsão estabelecida pela Lei Anticrime (lei nº 13.964/2019) que gerou mudanças na atuação dos membros nas áreas criminais do Estado. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPBA

Três PMs são denunciados por crime de tortura durante abordagem contra adolescente em Paripe

Três policiais militares foram denunciados hoje, dia 6, pelo Ministério Público estadual por crimes de tortura cometidos contra um adolescente no dia 2 de fevereiro deste ano nas proximidades da subestação de energia elétrica no bairro de Paripe, em Salvador. Segundo a denúncia, os PMs constrangeram a vítima, valendo-se de sua autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação e como forma de aplicar castigo pessoal. As práticas criminosas e respectivas penas estão previstas na Lei 9.455/1997. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPCE

Investigação do MPCE avança no combate a crimes sexuais denunciados pelas redes sociais

O Ministério Público do Estado do Ceará, por determinação do procurador-geral de Justiça Manuel Pinheiro, montou uma força-tarefa para investigar os casos de crimes sexuais denunciados por vítimas de todo o estado nas redes sociais. Além disso, o órgão tem feito um trabalho de acolhimento e apoio psicossocial às pessoas que sofreram os abusos. O caso conhecido como “exposed”, por conta da exposição de fotos e vídeos íntimos sem consentimento na internet, avançou na investigação de outros crimes sexuais, como assédios supostamente cometidos por professores de escolas e faculdades públicas e privadas contra alunas e alunos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO

Coronavírus: Transações penais feitas pelo MP em Vianópolis resultam em doações para famílias vulneráveis

Doações de cestas básicas, álcool em gel e máscaras para distribuição à população mais vulnerável de Vianópolis foram obtidas como resultado de transações penais articuladas pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO) e homologadas pelo Poder Judiciário na comarca. Essas transações foram celebradas em audiências por videoconferência com 22 pessoas, contra as quais foram registrados termos circunstanciados de ocorrência (TCOs) pela prática do crime previsto no artigo 268 do Código Penal. A norma tipifica a conduta de infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMA

Premiação da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?” é realizada

Nesta terça-feira, 30, foi realizada, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a premiação do concurso de poesia da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”, edição 2020. Foram premiados os três primeiros lugares. Cada aluno vencedor recebeu como prêmio um notebook. Participaram da atividade estudantes de cinco escolas da rede estadual de ensino de São Luís. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMG

STJ dá provimento a Recurso Especial interposto pelo MPMG para afastar desclassificação de crime de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por decisão monocrática, deu provimento ao Recurso Especial 1.875.344, interposto pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Procuradoria de Justiça de Recursos Especiais e Extraordinários Criminais, para restabelecer a condenação do réu pela prática do crime do art. 217-A do Código Penal (CP). Neste caso, o réu, condenado em primeira instância pela prática do delito de estupro de vulnerável, teve provido seu recurso de apelação, cujo acórdão decretou a desclassificação da conduta para importunação sexual. Para tanto, a Câmara Julgadora entendeu que a conduta do acusado (acariciar a genitália da vítima sobre as vestes), “não se revestiu de tamanha gravidade a ensejar uma condenação desproporcional à infração cometida”. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPA

Reuniões debatem anteprojeto de lei e uso de tecnologia para encurtar distância com presos

O Grupo de Trabalho de Execução Penal e Sistema Penitenciário do MPPA realizou essa semana duas reuniões ordinárias por meio de videoconferência. A primeira ocorreu no dia 22 e a segunda ocorreu na manhã desta quarta-feira (24), ambas coordenadas pelo promotor de justiça José Maria Costa Lima Junior, Supervisor Administrativo dos Centros de Apoio Operacional e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, com grande participação de promotores de justiça de Belém e do interior que atuam na seara da execução penal em municípios que sejam sede de estabelecimentos prisionais. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR

Acordo de não persecução penal firmado em Ponta Grossa prevê doação de drone para atividades de fiscalização da Guarda Municipal

Em vigor desde janeiro deste ano, a possibilidade de se firmar um acordo de não persecução penal (ANPP) já apresenta resultados práticos de reparação de danos para a sociedade. Em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, como exemplo, a celebração de um ANPP no âmbito de processo criminal que apura crime de sonegação fiscal permitirá que a Guarda Municipal da cidade passe a contar com um equipamento de RPA (aeronave remotamente pilotada), popularmente conhecida como drone. O novo recurso, que contém câmera com infravermelho e “zoom”, auxiliará em atividades de monitoramento desenvolvidas pelo órgão. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRJ

MPRJ instaura inquérito civil para apurar notícias de violência sexual em âmbito escolar

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude da Capital, instaurou, na quinta-feira (25/06), inquérito civil para acompanhar os reiterados episódios de violência de gênero por assédio sexual e/ou moral praticados por alunos ou professores em âmbito escolar ou em decorrência de relações escolares. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRN

Em precedente inédito, TJRN acata posicionamento do MPRN e rejeita a possibilidade de ANPP em sede de execução penal

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) obteve uma vitória importante na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça potiguar em julgamento realizado nesta quinta-feira (2). Os desembargadores não acolheram um recurso de Agravo de Execução proposto com o objetivo de permitir a um advogado condenado por apropriação indébita os benefícios do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRS

Operação do MPRS cumpre mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão em investigação sobre atuação de facção criminosa

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, cumpriu na manhã desta quinta-feira, 2 de julho, três mandados de prisão preventiva e 14 de busca e apreensão em residências de investigados e em celas de penitenciárias. O objetivo foi localizar drogas, armas, documentos e mídias eletrônicas acerca da atuação de organização criminosa especializada em tráfico de armas, tráfico de drogas, receptação de veículos e lavagem de dinheiro. Os mandados foram cumpridos em Uruguaiana, Charqueadas e Canoas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP

Ação sem representação de vítima de estelionato não deve voltar à 1ª instância

O Setor de Recursos Extraordinários e Especiais da Procuradoria de Justiça Criminal ingressou com o primeiro recurso especial contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que aplicou, de forma retroativa, a nova regra inserida no art. 171, § 5º, do Código Penal (introduzida pelo pacote anticrime). O dispositivo passou a condicionar a propositura da ação penal à existência de prévia representação do ofendido no crime de estelionato. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

6. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Comarca de Cáceres discute em webinar ações adotadas no enfrentamento à Covid-19 nos presídios

A Vara de Execução Penal da Comarca de Cáceres (218 Km a oeste de Cuiabá) realiza, logo mais, às 14h, o Webinar Covid-19 para apresentar e discutir as ações que estão sendo colocadas em práticas pela Vara de Execução Penal de Cáceres (VEP) no combate ao contágio do novo coronavírus nas unidades prisionais do município. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAC

TJAC é um dos 10 tribunais a estruturar redes do Projeto Justiça Restaurativa

O Poder Judiciário do Acre é um dos 10 tribunais selecionados para apoiar a estruturação de núcleos de Justiça Restaurativa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que iniciou as ações de estruturação de serviços e redes com as equipes locais. Em maio, foram realizados mais de 15 encontros on-line com magistrados e servidores participantes para um mapeamento detalhado de práticas, projetos e iniciativas já existentes sobre a temática nos estados e para a construção e o fortalecimento de redes locais, que auxiliarão no desenvolvimento das atividades. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAL

'Maioria dos casos de racismo e injúria não é denunciada', afirma juíza

A juíza Juliana Batistela, da 14ª Vara Criminal de Maceió (voltada a populações vulneráveis), afirmou, nesta segunda (6), que a maioria dos casos envolvendo racismo e injúria racial não é denunciada. A magistrada reforçou a importância de as vítimas comunicarem o ocorrido às autoridades. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJCE

TJCE debate ampliação de ações da Justiça Restaurativa com outros nove tribunais do País

Representantes do Poder Judiciário cearense e de outros nove tribunais do País participaram, nesta sexta-feira (10/07), de videoconferência do projeto "Rede de Justiça Restaurativa". O objetivo foi discutir a política nacional que trata do assunto e as adequações que devem ser feitas por cada instituição para fortalecer as ações na área. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJDFT

Ingresso de crianças no sistema prisional só é permitida para visitar pais

A 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, por unanimidade, manteve decisão da Vara de Execuções Penais que indeferiu pedido de autorização de visita de criança com 12 anos de idade ao irmão que cumpre pena no sistema prisional do DF. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJES

1ª Vara Criminal de Cachoeiro realiza audiência por videoconferência com 17 réus

A 1ª Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim realizou, nessa quinta-feira (02), audiência por videoconferência, por meio da plataforma digital, a fim de dar continuidade aos trabalhos da unidade judiciária em respeito às recomendações de distanciamento social impostas em razão da pandemia de Covid-19. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJGO

Doação do TJGO permitirá a realização de oitiva de presos por videoconferência

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, e o governador Ronaldo Caiado assinaram, nesta terça-feira (7), no Salão Nobre da Presidência, o Termo de Doação de bens móveis à Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) e armas para o Polícia Militar goiana. A iniciativa do Poder Judiciário colabora com o Executivo na modernização do sistema penitenciário e da Polícia Militar. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMG

TJMG nega aplicação do princípio da insignificância

A 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou a dois acusados de tentativa de furto a aplicação do princípio da insignificância para absolvê-los. Os desembargadores mantiveram a condenação do juiz Marcelo Geraldo Lemos, da Comarca de Uberaba. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP

MP precisa informar acusado sobre termos de acordo de não persecução penal

A ausência de confissão do denunciado na fase policial não é suficiente para afastar o implemento de medidas necessárias para viabilização do acordo de não persecução penal, pois o artigo 28-A do Código de Processo Penal não se refere apenas à confissão circunscrita na fase inquisitiva. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSC

Homens que traficaram 2,3 toneladas de maconha são condenados a 246 anos de prisão

Uma organização criminosa integrada por 10 pessoas foi condenada a penas que, somadas, alcançaram 246 anos de reclusão em regime fechado, em decisão prolatada pela 2ª Vara da comarca de Barra Velha, norte do Estado. A sentença, que totalizou 117 páginas, também determinou a apreensão de quatro veículos do grupo. A quadrilha foi responsabilizada pelo tráfico de 2,3 toneladas de maconha. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJPE

Comitê realiza reunião para discutir medidas de enfrentamento ao coronavírus nos sistemas prisional e socioeducativo

O Comitê para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no Âmbito do Sistema Prisional e Socioeducativo de Pernambuco se reuniu nesta quarta-feira (8/7), por meio de videoconferência, para debater as ações desenvolvidas em Pernambuco com o objetivo de conter

a disseminação do novo coronavírus nas unidades prisionais e socioeducativas. A reunião foi coordenada pelo gestor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Sistema Carcerário no Estado de Pernambuco, desembargador Mauro Alencar de Barros, e pelo coordenador da Infância e Juventude do Estado, desembargador Stênio Neiva. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

7. INFORMATIVO STF

INFORMATIVO 973

DIREITO PENAL

Tema: Lei de Drogas: causa de diminuição de pena e ações penais em andamento

Não cabe afastar a causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) com base em condenações não alcançadas pela preclusão maior.

Tema: Causa de diminuição: pagamento do principal e arrependimento posterior

A Primeira Turma deferiu a ordem de habeas corpus e determinou ao juízo de origem que proceda a nova dosimetria da pena, levando em conta a causa de diminuição prevista no art. 16 do Código Penal (CP) (1).

Tema: Princípio da insignificância: reincidência e furto cometido no período noturno

Prevaleceu o voto do ministro Gilmar Mendes (relator) e foi mantida integralmente a decisão agravada, que reconheceu a atipicidade da conduta em razão da insignificância. O ministro levou em conta que o princípio da insignificância atua como verdadeira causa de exclusão da própria tipicidade. Considerou equivocado afastar-lhe a incidência tão somente pelo fato de o recorrido possuir antecedentes criminais.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 975

DIREITO PENAL

Tema: Crime de desobediência - ato atentatório à dignidade da Justiça e tipicidade

A Primeira Turma, em conclusão de julgamento e por maioria, concedeu a ordem de habeas corpus, de ofício, para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, cabendo ao juízo de origem fixar as condições da pena substitutiva

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 976

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Tráfico de drogas - denúncia anônima e busca e apreensão

A Segunda Turma, por maioria, concedeu a ordem em habeas corpus para trancar a ação penal movida contra a paciente, denunciada pela suposta prática do delito de tráfico de entorpecentes, por produzir e comercializar bolos contendo maconha.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 978

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Colaboração premiada - acesso a documentos e exercício do contraditório e da ampla

A Segunda Turma, por maioria, deu provimento a agravo regimental em petição para permitir o acesso dos requerentes ao conteúdo de colaboração premiada realizada por executivos da empresa Odebrecht, no âmbito da “Operação Lava Jato”, em que foram citados. Determinou-se que o acesso deve abranger somente documentos em que os agravantes são de fato mencionados (requisito positivo), excluídos os atos investigativos e diligências que ainda se encontram em andamento e não foram consubstanciados e relatados no inquérito ou na ação penal em trâmite (requisito negativo).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 980

DIREITO PENAL

Tema: Condução de veículo automotor sob influência de álcool e crime de perigo abstrato

A Primeira Turma iniciou julgamento de habeas corpus impetrado em favor de condenado pela prática do delito de condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em virtude da influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Roubo forjado e classificação jurídica

A Primeira Turma, por maioria, indeferiu a ordem em habeas corpus impetrado em favor de condenado pela prática do crime de roubo em concurso de agentes. No caso, o paciente, funcionário de uma empresa, tinha a atribuição de movimentar quantias em dinheiro. O corréu, mediante grave ameaça, simulando portar arma de fogo, exigiu a entrega dos valores que estavam em seu poder e no de outra pessoa, na ocasião, e o paciente, fingindo ser vítima, previamente ajustado com o suposto assaltante, entregou a quantia.

Tema: Julgamento de promotor de justiça e interrogatório

A Turma, em conclusão, indeferiu, com ressalvas quanto ao cabimento, a ordem de habeas corpus, impetrado em favor de promotor de justiça condenado, pelo respectivo tribunal, à pena de 1 ano e 9 meses de reclusão pela prática dos crimes de falsidade ideológica e advocacia administrativa (Informativo 970).

Tema: Nulidade e inquirição de perguntas realizadas diretamente pelo juiz

A Primeira Turma, ante o empate na votação, concedeu a ordem de habeas corpus para assentar a nulidade processual a partir da audiência de instrução e julgamento. Além disso, afastou a prisão preventiva do paciente, por excesso de prazo, com extensão da medida aos demais corréus que se encontram na mesma situação.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 981

DIREITO PENAL

Tema: Corrupção passiva e danos morais coletivos

A Segunda Turma, ao concluir exame de ação penal, julgou parcialmente procedente denúncia recebida em desfavor de um ex-deputado federal e um engenheiro civil, cujos fatos se referem à concretização de acordo extrajudicial sobre a remuneração de serviços de praticagem entre empresas de praticagem atuantes em certa zona portuária e a Petrobrás S/A.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Fixação de valor mínimo

A sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP) poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 982

DIREITO PENAL

Tema: Comprovação da reincidência – Inexistência de forma específica

O colegiado considerou que, conforme jurisprudência da Corte, para fins de comprovação da reincidência, é necessária documentação hábil que traduza o cometimento de novo crime depois de transitar em julgado a sentença condenatória por crime anterior, mas não se exige, contudo, forma específica para a comprovação [Código Penal (CP), art. 63] (1).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

8. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 672

DIREITO PENAL

Tema: Falsidade ideológica. Crime instantâneo, cujos efeitos podem se prostrar no tempo. Prescrição da pretensão punitiva. Termo inicial. Consumação do delito.

Na falsidade ideológica, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva é o momento da consumação do delito e não o da eventual reiteração de seus efeitos.

Tema: Médico em hospital público. Registro de ponto e imediata saída. Não cumprimento da carga horária. Estelionato qualificado. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade.

Não se admite a incidência do princípio da insignificância na prática de estelionato qualificado por médico que, no desempenho de cargo público, registra o ponto e se retira do hospital.

Tema: Prescrição da pretensão punitiva. Acórdão confirmatório da condenação. Interrupção do prazo. Ocorrência.

O acórdão confirmatório da condenação é causa interruptiva da prescrição.

Tema: Injúria racial. Artigo 140, § 3º, do Código Penal. Conversa telefônica. Conhecimento acidental da vítima. Ofensa à honra subjetiva. Ausência de dolo específico. Atipicidade da conduta.

A ausência de previsibilidade de que a ofensa chegue ao conhecimento da vítima afasta o dolo específico do delito de injúria, tornando a conduta atípica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Cooperação jurídica internacional. Carta rogatória e auxílio direto. Definição. Ato de delegação e condução de produção de prova oral. Realização direta por autoridade estrangeira. Nulidade absoluta

O ato de delegação da condução e direção de produção de prova oral à autoridade estrangeira, a fim de que esta proceda diretamente à inquirição da testemunha ou do investigado, não encontra qualquer tipo de respaldo constitucional, legal ou jurisprudencial.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

INFORMATIVO 673

DIREITO PENAL

Tema: Investimento de grupo em criptomoeda. Pirâmide financeira. Crime contra economia popular. Evasão de divisas ou lavagem de dinheiro em detrimento de interesses da União. Inocorrência. Competência da Justiça Estadual.

Ausentes os elementos que revelem ter havido evasão de divisas ou lavagem de dinheiro em detrimento de interesses da União, compete à Justiça Estadual processar e julgar crimes relacionados a pirâmide financeira em investimento de grupo em criptomoeda.

Tema: Transporte de folhas de coca adquiridas na Bolívia. Planta proscrita que pode originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas. Enquadramento no tipo do § 1º, I, do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Competência da Justiça Federal.

A conduta de transportar folhas de coca melhor se amolda, em tese e para a definição de competência, ao tipo descrito no § 1º, I, do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, que criminaliza o transporte de matéria-prima destinada à preparação de drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Conflito de competência. Habeas corpus de preventivo para cultivo, uso, porte e produção artesanal da cannabis (maconha) para fins medicinais. Ausência de pedido de salvo conduto para importação da planta ou de qualquer outra conduta transnacional. Competência da justiça estadual.

Compete à Justiça Estadual o pedido de habeas corpus preventivo para viabilizar, para fins medicinais, o cultivo, uso, porte e produção artesanal da Cannabis (maconha), bem como porte em outra unidade da federação, quando não demonstrada a internacionalidade da conduta.

Tema: Pandemia de covid-19. Suspensão temporária do trabalho externo do reeducando. Possibilidade. Substituição automática da prisão decorrente da sentença condenatória pela domiciliar. Não cabimento. Resolução n. 62/2020 do CNJ.

A suspensão temporária do trabalho externo no regime semiaberto em razão da pandemia atende à Resolução n. 62 do CNJ, cuja recomendação não implica automática substituição da prisão decorrente da sentença condenatória pela domiciliar.

Tema: Pandemia de covid-19. Réu residente no exterior sem risco de extradição. Não aplicação da Resolução n. 62/2020 do CNJ.

A Recomendação n. 62/2020 do CNJ não é aplicável ao acusado que não está privado de liberdade no sistema penal brasileiro.

Tema: Execução penal. Pandemia. Covid-19. Sentenciados do regime semiaberto e aberto. Suspensão do exercício do trabalho externo. Recrudescimento da situação prisional. Ilegalidade. Recomendação n. 62/CNJ. Prisão domiciliar. Concessão.

É cabível a concessão de prisão domiciliar aos reeducandos que cumprem pena em regime semiaberto e aberto que tiveram suspenso o exercício do trabalho externo, como medida preventiva de combate à pandemia, desde que não ostentem procedimento de apuração de falta grave.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

9. ARTIGOS

Falso testemunho cometido em teleaudiência: a quem compete o julgamento?

Tratando-se de crime formal, o falso testemunho não pressupõe ato ou evento posterior a qualquer das condutas típicas. Desse modo, consuma-se no momento em que a testemunha termina o depoimento lavrando sua assinatura, seja no próprio juízo em que tramita o processo, seja no juízo ao qual tenha sido expedida carta precatória para a oitiva. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha

Teses do STJ sobre os crimes contra a dignidade sexual (1ª parte)

1) É facultado aos Tribunais de Justiça atribuir às Varas da Infância e da Juventude competência para processar e julgar crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes. O art. 148 da Lei 8.069/90 dispõe sobre a competência da Justiça da Infância e da Juventude. Entre as situações submetidas expressamente à justiça especializada, não se encontra o julgamento de ações penais por crimes cometidos contra crianças e adolescentes, situações que, em regra, competem à vara criminal comum. Em razão disso, o STJ considerava que a Vara da Infância e da Juventude era incompetente para julgar crimes sexuais cometidos contra menores. Essa orientação, contudo, não prevaleceu no STF, que decidiu ser possível aos Tribunais de Justiça, no âmbito de sua organização e da divisão judiciária nos estados, atribuir tal competência às Varas da Infância e da Juventude. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha

Teses do STJ sobre os crimes contra a dignidade sexual (2ª parte)

6) Após o advento da Lei n. 12.015/2009, que tipificou no mesmo dispositivo penal (art. 213 do CP) os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor, é possível o reconhecimento de crime único entre as condutas, desde que tenham sido praticadas contra a mesma vítima e no mesmo contexto-fático. Esta tese reforça a necessidade de que as condutas sejam cometidas contra a mesma vítima e no mesmo contexto-fático. Se um desses elementos não estiver presente, deve ser reconhecido



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

o concurso de crimes, que será material ou na forma de continuidade delitiva, conforme as circunstâncias. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha

Boletim Informativo CAOCRIM

Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Emanuelle Rezende Rosa Campos – Auxiliar Ministerial - Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal